

Projeto Eletromemória:
História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo
(1890-2005)

A Energia Elétrica no Cotidiano Paulistano
(1890-1910):
impacto de novas tecnologias

Alexandre Ricardi

São Paulo
2009

A Energia Elétrica no Cotidiano Paulistano (1890-1910):

Impacto de novas tecnologias

Alexandre Ricardi¹

O principal foco do pesquisador foi tentar perceber como os paulistanos responderam às inúmeras inovações tecnológicas surgidas com a Segunda Revolução Industrial. Ressalvado o que nos alerta Hobsbawm, “(...) antes de saudarmos essa safra impressionante de inovações como uma ‘segunda revolução industrial’, não devemos esquecer que só retrospectivamente elas são consideradas como tal.”² ou seja, revolução industrial para nós. Mesmo assim, nos importa perceber as profundas mudanças que ocorreram na percepção de mundo do homem da virada do século.

Essas mudanças, como sabemos, estavam presentes e agindo em todos os campos do cotidiano humano. Era um

(...) momento de grande[s] transformação[ões] da sociedade, que pressupõe a necessidade de parâmetros epistemológicos novos, inclusive a redefinição do político, pois há um deslocamento do campo do poder das instituições do Estado-nação do século XIX para a esfera do privado e do cotidiano. Transformações avassaladoras tinham solapado as bases de entendimento e os valores comuns que construíam os nexos sociais e comunitários entre os homens.³

Optamos pela análise da metropolização da cidade de São Paulo, pois fenômeno eminentemente contemporâneo e atraente para o exercício do historiador, em que tão bem observamos o deslocamento da esfera do Estado para a do privado e a do cotidiano. Não defendemos que a metropolização da cidade tenha sido fenômeno advindo da revolução industrial ou da capacidade de seus cidadãos de incorporarem ou mesmo se adaptarem às inovações tecnológicas que vinham ocorrendo. Teria sido muito mais fenômeno ocorrido da própria transformação do capital que acontecia e da posição que a cidade adquiria

¹ Graduando no curso de História pela Universidade de São Paulo. Contato: alexandrericardi@yahoo.com.br.

² HOBBSAWM, p. 81.

³ Profª Maria Odila Leite *in* SEVCENKO, Nicolau. p. xiv.

devido à economia agroexportadora do café. Também nos parece claro, porém, que inovações tecnológicas contribuíram fundamentalmente para que tal fenômeno se desenvolvesse em São Paulo.

A industrialização foi fator chave no desenvolvimento da cidade, também a transformá-la em pólo atrator de uma multidão de imigrantes, que buscavam novas oportunidades. Os números impressionam: “Em 1872, o Estado de São Paulo tinha 837.000 habitantes. Em 1900, eram 2.283.000. Na capital do Estado, em 1872, havia 23.000 habitantes. Em 1920 esse número passava para 580.000. (...) O Brasil tinha 626 estabelecimentos industriais em 1889; em 1907 são computados 3.120 e 13.336 em 1920.”

4

O advento da economia cafeeira foi fundamental para transformar São Paulo no que se transformou. “A última década do século passado foi fundamental para São Paulo começar a perder seu caráter rural e ganhar contornos citadinos”,⁵ com a participação de suas elites agrárias, numa economia capitalista bem conectada à economia mundial, transformando também o caráter destes fazendeiros que se tornaram investidores.

O objeto principal dentro deste universo foi o desenvolvimento do parque elétrico em São Paulo, que em seus primeiros passos, como veremos, estava intimamente ligado à economia mundial capitalista e às elites dirigentes do Estado e do país. Como nos lembra o prof. Milton Vargas, na introdução à obra do prof. Gildo Magalhães, “O período de 1880 a 1920 foi o de desenvolvimento da utilização da energia elétrica no país; primeiro, pela iluminação pública nas principais cidades; depois, pela indústria que, paulatinamente, se desenvolvia no Rio e em São Paulo.”⁶

A abordagem aqui realizada visou analisar a atuação da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo em vez da *Light*, pois a Companhia Água e Luz era representante de capital nacional, ao contrário da *Light*; por ter se formado e instalado antes da empresa anglo-canadense-americana; por ter utilizado matriz energética térmica e não hidráulica e por ser representante também do mercado de livre concorrência, que se instalava na Primeira República, sendo pivô de disputas que culminaram no monopólio do setor, detido

⁴ LEVI-MOREIRA, Sílvia, p. 7.

⁵ JATOBÁ, Roniwalter. Bondes na cidade, in **Memória**, ano IV, nº 15, 1992, p. 41.

⁶ MAGALHÃES, Gildo, p. 12.

pela *Light* pelos próximos 80 anos.

A bibliografia consultada dá conta, com competência, do desenvolvimento da história que a eletricidade e seu fornecimento tiveram no Brasil e, principalmente, em São Paulo. Praticamente ignoram, entretanto, a Companhia Água e Luz, que teve alguma atuação nesta história, com o fornecimento do serviço não só em São Paulo, mas também em Curitiba e em Casa Branca, cidade do interior paulista.

Companhia

A opção em fornecer energia por meio de uma usina a vapor, utilizando como combustível óleo ou madeira, manteve sempre a Companhia Água e Luz diante de custos altos e retorno incerto no negócio. Analisando a trajetória da companhia, concordamos que, “Com o predomínio da geração termelétrica (...) a exploração dos serviços de eletricidade não sofreria maiores transformações em sua organização durante os primeiros anos da República no Brasil. O federalismo exacerbado da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 reforçaria o caráter eminentemente local da implantação e do desenvolvimento do parque elétrico.”,⁷ não suportando então a concorrência de empresas, no caso a Light, que entraram no mercado brasileiro com a proposta de fornecer energia baseada na hidroeletricidade.

Os custos para implantação de usinas hidrelétricas não são, entretanto, mais baixos do que para construir e manter uma usina térmica. A própria Companhia Água e Luz cogitou na adoção do fornecimento baseado na energia hidráulica. O grande dificultador foi a incapacidade de levantar os fundos necessários para a implantação da idéia, pois “A geração, transporte e distribuição de eletricidade constituem-se em atividades consideravelmente intensivas no uso de capital [...]”.⁸

Aliado a isso, as dificuldades que a Companhia enfrentou com seus consumidores foram importantes na sua trajetória. A Companhia tinha entre seus clientes as Câmaras Municipais de Curitiba, no Paraná, e Casa Branca, no interior de São Paulo. Não só tornaram-se inadimplentes, como contribuíram para o aumento dos custos da Companhia.

⁷ LIMA, José Luiz. p. 15.

⁸ IANNONE, Roberto A. **Evolução do setor elétrico paulista**. Tese apresentada em 2006, p. 22.

Analizamos também a atuação da imprensa da época, que parece ter percebido que abrir espaço para a reclamação dos usuários dos serviços públicos podia tornar potencialmente mais vendável suas edições, assim como colaborar com as grandes companhias podia render-lhe bons frutos em forma de publicidade. Diariamente foram publicadas diversas notícias sobre tragédias, acidentes, fatalidades, fugas de motorneiros e condutores e acusações de usuários. Os *clippings* que a *Light* fazia são tantos e cobrem muitos anos, que os utilizamos como registros, sem necessidade de pesquisar em órgão específico de guarda de periódicos.

Uma prática que se tornou corrente, porém, pode ser encontrada sendo denunciada pelos jornais: “Dizem que na própria Capital do Estado a poderosa Companhia estrangeira The São Paulo Tramway Light & Power, tão querida pelos supremos chefes da situação, já agora só aceita empregados que sejam eleitores e que deixem em caução em poder de pessoa de confiança, os seus títulos eleitorais”.⁹ A denúncia era de que a *Light* se tornava “em poderoso núcleo eleitoral”, retendo os títulos dos que eram despedidos, dos que estavam enfermos, dos que se ausentavam e até dos que morriam.¹⁰

A questão de como o monopólio no setor elétrico brasileiro se estabeleceu e como atuou foi amplamente exposta e debatida pela bibliografia especializada. Nosso intuito ao mapearmos o setor antes da consolidação do poder representado pela *Light & Power* foi justamente o de percebermos como o ambiente em um mercado de livre concorrência funcionava no Brasil da Primeira República. O que se instala é justamente o que relataremos: um “domínio das oligarquias vinculadas à propriedade latifundiária consolidava todo um sistema de trocas entre os governadores e os ‘coronéis’ dos municípios”.¹¹

Tal domínio, porém, não estava calcado na unidade e similaridade absoluta de interesses, como nos mostra Sílvia Levi-Moreira. Se entre os oligarcas da Primeira República havia os que podiam ser nomeados até como jagunços, no caso do informalmente promovido a “General” Ataliba Leonel, havia também os que, como alguns membros da família Prado, procuravam se sofisticar e viam com muito bons olhos as

⁹ Nome do periódico ilegível. Cidade de Santos, 20 de outubro de 1901.

¹⁰ SEGATTO. **Relações e Conflitos de trabalho na Light de São Paulo**, p. 211.

¹¹ SEGATTO, José Antônio. A República e a Light. In **Memória**, ano II, nº 2, 1989, p. 16.

novidades vindas da Europa, o mundo civilizado e desenvolvido. Fato é que, “... existia um sentimento genérico entre as elites brasileiras do século dezenove, de que o Brasil devia olhar para fora em busca de modelos com os quais pudesse diminuir o abismo existente entre ele e as nações mais desenvolvidas”.¹²

Nossas análises se apoiaram então, em três ângulos: o monopólio *versus* livre concorrência; o papel da imprensa nestes conflitos e o desenvolvimento da história das empresas, pelo exíguo espaço, somente das envolvidas. Há que se considerar, entretanto, que quando uma única companhia torna-se a detentora de uma série de importantes serviços prestados à população, quem mais perde é esta mesma população, e todos os envolvidos que estivessem interessados em negócios livres. A própria imprensa, como companhia que deve ser gerida com rigor e ética, torna-se alvo do exercício de dominação do proprietário do monopólio.

A *Light* acabou engolindo todos os que lhe faziam concorrência no eixo Rio-São Paulo: “desde o princípio, a Light foi acusada de sufocar os concorrentes com seu poderio econômico e político, chegando a ser chamada de ‘The São Paulo Light and Too Much Power’, principalmente, depois que a Câmara Municipal lhe concedeu o monopólio dos serviços de eletricidade da Capital”.¹³ A Companhia Água e Luz foi absorvida em data que ainda suscita discussão entre a bibliografia especializada, e há pontos em sua história que ainda estão por ser esclarecidos.

¹² LEVI, Darrell E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977, p. 218.

¹³ IANNONE, Roberto A. **Evolução do setor elétrico paulista**. Tese apresentada em 2006, p. 40.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/Edusp, 1988.

CARONE, Edgar. **A Primeira República (1889-1930)**. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Difel / Difusão Editorial, s.d.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. **São Paulo na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, José Luiz. **Estado e energia no Brasil, o setor elétrico no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)**. São Paulo: IPE/USP, 1984.

MAGALHÃES, Gildo. **Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha**. São Paulo: Unesp/FAPESP, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SZMERECSENYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). **História de empresas e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Hucitec / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.

Periódicos:

Memória – publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, nºs 2, 3, 6, 15, 22.

O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e Diário de S. Paulo.

Fundos consultados Fundação Energia e Saneamento:

- Companhia Água e Luz (0,5 m lineares);
- CVP – Companhia Viação Paulista (40 documentos);
- Fundo *Light* dentro do fundo Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo (700 m lineares).